

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

LEI Nº 014/97

EM, 04 DE SETEMBRO DE 1997

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Município de Santa Terezinha para o exercício de 1998 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições Legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Ficam definidas como Diretrizes Orçamentárias Gerais, as instruções que se observarão a seguir, para a elaboração dos Orçamentos do Município, relativas ao exercício econômico-financeiro de 1998.

SEÇÃO I

DOS GASTOS MUNICIPAIS

Art. 2º - Constituem os gastos municipais aqueles destinados à aquisição de bens e serviços necessários ao cumprimento dos objetivos do Poder Público Municipal, em todas as suas funções de Governo, bem como, ao atendimento dos compromissos de natureza social e financeira.

Art. 3º - os gastos municipais serão estimados pelos serviços mantidos pelo Poder Público Municipal, considerando-se entretanto:

I - A carga de trabalho estimada para o exercício econômico-financeiro de 1.998 considerando-se as tendências naturais de crescimento das necessidades comuns ao erário público.

II - Os fatores conjunturais que possam refletir diretamente na produtividade dos gastos, especialmente os voltados para a área social.

III - Que os gastos de pessoal localizado no serviço, serão projetados com base na política salarial estabelecida pelo Governo Municipal para os seus funcionários.

SEÇÃO II DAS RECEITAS MUNICIPAIS

Art. 4º - Constituem as receitas do Município aquelas provenientes:

I - Dos tributos de sua competência, estabelecidos pela Constituição Federal;

II - De atividades econômicas, que por ventura possa vir a executar,

III - De transferência por força de mandamento constitucional ou de convênios firmados com entidades Governamentais e privadas, sejam nacionais e internacionais.

Art. 5º - A estimativa das receitas considerará:

I - Os fatores conjunturais que possam a vir influenciar a produtividade de cada fonte;

II - Os fatores que influenciam as arrecadações de Impostos, Taxas e contribuições de Melhoria;

III - As alterações da Legislação Tributária;

IV - Aspectos reais e quantitativos de cada fonte de recursos, mediante o que for evidenciado nos exercícios anteriores.

Art. 6º - O município fica obrigado a arrecadar todos os Tributos de sua competência, inclusive o da Contribuição de Melhoria, quando for o caso.

Parágrafo Primeiro - O cálculo para o lançamento, cobrança e arrecadação, de Contribuição de Melhoria, obedecerá, necessariamente, a critérios que serão levados ao conhecimento da população, através da imprensa.

Parágrafo Segundo - A administração do Município, enviará esforços no sentido de diminuir o volume da Dívida Tributária, por meio administrativo.

Art. 7º - O Município fica obrigado a rever e atualizar a sua Legislação, sempre que fatos novos tornarem-se rotina, para o exercício de 1.998 institucionalizando-se de forma a obedecer aos princípios do Direito Público, em especial os do Direito Tributário.

Parágrafo Primeiro - A revisão e a atualização de que trata o presente Artigo, compreenderá também a modernização da máquina fazendária, no sentido de aumentar a produtividade, aperfeiçoando os mecanismos de arrecadação.

Parágrafo Segundo - Os esforços mencionados no Parágrafo anterior se estabelecerão à administração da Dívida.

Art. 8º - As Receitas oriundas de atividades econômicas exercidas pelo Município, terão as suas fontes revistas e atualizadas, considerando os fatores conjunturais e sociais que possam influenciar as respectivas produtividades, adequando-as a Política Monetária Nacional.

SEÇÃO III DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 9º - O Município executará como prioridade as seguintes ações delineadas para cada Setor, como seguem:

I - Setor de Administração, Finanças e Orçamento:

- 1) - Revisão e atualização de alíquotas fixadas para cada espécie de Tributo;
- 2) - Treinamento, capacitação e reciclagem de recursos humanos;
- 3) - Modernização e informatização da administração Tributária, Financeira e Orçamentária, com aquisição de equipamentos de informática.

II - Setor Social:

- 1) - Incentivar e melhorar a frequência e o aprendizado dos alunos da rede municipal de ensino, adquirindo e distribuindo material didático/escolar e agilizando o recebimento e a complementação da merenda escolar do alunado da rede municipal de ensino.
- 2) - Treinar, capacitar e reciclar professores, em prol da melhoria da qualidade do ensino público municipal;
- 3) - Construção e/ou recuperação de Casas populares a serem doadas a população carente e de baixa renda, principalmente localizadas na Periferia Urbana;
- 4) - Inserir o ensino religioso no curriculum escolar da rede municipal.

CAPÍTULO II DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SEÇÃO I

Art. 10º - Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, compreenderão todos os Órgãos dos Poderes do Município.

Art. 11º - As despesas com pessoal ativo e inativo, bem como, com obrigações patronais, não poderão exceder o limite de 60% (Sessenta por cento) das receitas correntes, nos termos do art. 38, do ato das Disposições Transitórias, da Constituição Federal.

Art. 12º - É vetada a inclusão de recursos do Orçamento Fiscal e de Seguridade Social na Lei Orçamentária e suas alterações, destinados a entidades de previdência privada ou congêneres.

Art. 13º - As subvenções Sociais destinadas à entidades privadas sem fins lucrativos, serão fixadas através da Lei específica, e terão dotações próprias em cada unidade orçamentária a ela destinada, e somente serão concedidas a entidades que preencherem os requisitos estabelecidos na legislação vigente.

SEÇÃO II ORÇAMENTO

Art. 14º - Na fixação das despesas constantes das propostas Orçamentárias das Unidades, serão observadas como prioridades aquelas destinadas a:

- I - Pessoal e Encargos Sociais;
- II - Ensino fundamental, universalidade para toda a população na faixa etária de 07 a 14 anos;
- III - Apoio a merenda escolar;
- IV - Alimentação e nutrição, distribuindo a cesta básica às famílias carentes;
- V - Assistência médica e sanitária, com ênfase na redução da mortalidade infantil, ações preventivas as gestantes e assistência odontológica;
- VI - Assistência a criança, ao adolescente e ao idoso;
- VII - Construção e melhoria de moradias populares da zona rural e urbana, bem como, na distribuição de lotes para construção de casas;
- VIII - Apoio ao pequeno produtor rural, na distribuição de sementes e preparação do solo;
- IX - Proteção e preservação do meio-ambiente;

SEÇÃO III DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS

Art. 15º - Na fixação da despesa será observada as seguintes prioridades:

I - Desenvolver a fiscalização e o controle das condições comunitárias de higiene e saneamento básico;

II - Promover campanhas educativas e informativas;

III - Criar creches para atendimento as crianças carentes de 0 a 6 anos de idade;

IV - Promover os serviços urbanos, proporcionando o bem-estar da população;

V - Implementar os serviços de eletrificação rural e urbana;

VI - Apoio aos pequenos negócios, às empresas na criação de empregos e melhoria de renda familiar;

VII - Inserir outros programas de desenvolvimento comunitário e de produção às famílias carentes;

VIII - Apoio ao desporto amador.

CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS

Art. 16º - O Orçamento de Investimento previsto para cada órgão, deverá constar nos demonstrativos orçamentários.

I - Investimentos correspondentes a aquisição de bens móveis e construção de bens imóveis;

II - Os investimentos financiados com recursos originários de operações de créditos vinculados a projetos, quando for o caso.

Parágrafo Único - Só serão incluídas dotações de investimentos que forem prioridades para o município e atenderem as exigências desta Lei.

Art. 17º - Na programação de investimentos serão observadas ainda, as seguintes prioridades:

I - Inclusão de projetos em andamento;

II - Inclusão de projetos em fase de conclusão.

Art. 15º - Na fixação da despesa será observada as seguintes prioridades:

I - Desenvolver a fiscalização e o controle das condições comunitárias de higiene e saneamento básico;

II - Promover campanhas educativas e informativas;

III - Criar creches para atendimento as crianças carentes de 0 a 6 anos de idade;

IV - Promover os serviços urbanos, proporcionando o bem-estar da população;

V - Implementar os serviços de eletrificação rural e urbana;

VI - Apoio aos pequenos negócios, às empresas na criação de empregos e melhoria de renda familiar;

VII - Inserir outros programas de desenvolvimento comunitário e de produção às famílias carentes;

VIII - Apoio ao desporto amador.

CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS

Art. 16º - O Orçamento de Investimento previsto para cada órgão, deverá constar nos demonstrativos orçamentários.

I - Investimentos correspondentes a aquisição de bens móveis e construção de bens imóveis;

II - Os investimentos financiados com recursos originários de operações de créditos vinculados a projetos, quando for o caso.

Parágrafo Único - Só serão incluídas dotações de investimentos que forem prioridades para o município e atenderem as exigências desta Lei.

Art. 17º - Na programação de investimentos serão observadas ainda, as seguintes prioridades:

I - Inclusão de projetos em andamento;

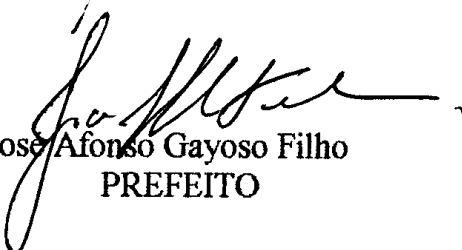
II - Inclusão de projetos em fase de conclusão.

Prefeito poderá executar a proposta orçamentária originária enviada a Câmara Municipal.

Art. 26º - As alterações em dotações orçamentárias, decorrentes de abertura de créditos adicionais serão através de Decretos do Chefe do Executivo, obedecendo o disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 27º - Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de SANTA TEREZINHA
Em, 04 de setembro de 1997



José Afonso Gayoso Filho
PREFEITO